

HOMEM, TERRA E TRABALHO NO SERTÃO SERGIPANO DO SÃO FRANCISCO

Adelci Figueiredo Santos*
José Augusto Andrade*
Agamenon Guimarães
de Oliveira*

INTRODUÇÃO

A problemática do Nordeste tem sido evidenciada através de estudos variados, centrados, principalmente, nas dificuldades criadas pela estrutura econômico-social da Região.

Sergipe, parte do Nordeste, apresenta problemas semelhantes aos da área, tais como: a luta pela posse da terra; a difícil convivência latifúndio-minifúndio; o esvaziamento das áreas rurais; a falta de terra para o trabalho; a ausência de uma assistência efetiva ao trabalhador do campo; a falta de emprego, etc. Tudo isso leva as populações ao pauperismo e à miséria, tornando-as indefesas, inclusive à ação das secas.

A partir dessa realidade, escolhemos, para estudo, uma área que vive esses problemas, a "sertaneja", que corresponde à Microrregião n.º 123, denominada Sertão Sergipano do São Francisco. Esta região compreende cerca de 4.715 km², localiza-se a noroeste do Estado onde o clima semi-árido, acentuado, influencia de maneira decisiva o modo de vida da região. Devido aos rigores

das estiagens constantes, as conseqüências são a diminuição da produção, a fuga da população e a baixa produtividade da terra. Tais fatos, aliados à estrutura fundiária concentrada e à ineficiência de uma política governamental que vise minimizar os problemas, traduzem o estado de abandono em que se encontram o homem e a região.

A metodologia utilizada obedeceu a etapas diferenciadas:

a — pesquisa bibliográfica. Foram utilizados vários artigos, livros que retratam a realidade do Sertão, seu povo, a luta pela sobrevivência;

b — coleta de dados, tendo sido usados os Censos Demográficos de 1960, 1970 e 1980, os Censos Agropecuários de 1970, 1975 e 1980, Anuário Estatístico de Sergipe, 1978 e o Cadastro Rural do INCRA, 1985;

c — trabalho de campo. Foram aplicados nas 6 unidades municipais 150 questionários que versaram sobre: tamanho de propriedade, sistema de produção, relações de trabalho, formas de pagamento, produção agrícola etc. Paralelamente foram feitas entrevistas com líderes sindicais, traba-

* Professores do Departamento de Geografia da Universidade Federal de Sergipe.

lhadores rurais, políticos, proprietários etc. Nossos entrevistados residem nas Sedes Municipais de Porto da Folha, Poço Redondo, Gararu, Canindé de São Francisco, Nossa Senhora da Glória e Monte Alegre de Sergipe. Quanto aos povoados estudados, destacam-se o de Lagoa Redonda, em Porto da Folha; Sítios Novos e Santa Rosa do Ermírio, em Poço Redondo; São Mateus e Lagoa do Porco, em Gararu; Curituba, Serrote, Tabuleiro e Califórnia, em Canindé de São Francisco e Quixaba, em Nossa Senhora da Glória;

d — tabulação dos dados coletados e interpretados das informações. Foram elaborados tabelas, gráficos e mapas que permitiram melhor identificar os problemas da Microrregião. Entre as técnicas, utilizou-se a curva de Lorenz e o coeficiente de Gini. Para os Municípios de Porto da Folha, Poço Redondo e Gararu tomou-se como base os dados de propriedades e as áreas de cada classe. Nos demais Municípios, os dados referentes ao número de proprietários e as áreas de cada classe estimada de acordo com os critérios estatísticos, exceto as classes extremas, ou seja, a de menos de 2 hectares e a de mais de 1000 hectares. Os dados foram processados através do sistema de computação.

CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA

A área em estudo, o Sertão Sergipano do São Francisco, é formada de seis unidades municipais, sendo, em tamanho, a maior Microrregião do Estado de Sergipe. É limitada, na sua parte norte, pelo rio São Francisco, sendo drenada pelos seus afluentes Capivara, Gararu, Jacaré, Xingó, Curituba e Campo Grande, enquanto que na sua porção sudoeste os rios pertencem à bacia do rio Sergipe. O rio São Francisco, devido à sua perenidade, minora os rigores climáticos da área ribeirinha, constituindo-se no principal, senão único, provedor de água para toda a Microrregião durante os períodos secos. Os seus tributários, embora de regime temporário, à exemplo do Capivara

com seus afluentes o Mão Esquerda e o Cachorro, são dotados de extensas várzeas aproveitadas, principalmente, para cultivos alimentícios, como o milho e o feijão.

A Microrregião apresenta variadas fisionomias morfológicas, porém caracteriza-se pelas formas planas (Pediaplano Sergipano), com exceção de alguns relevos residuais, como a Serra Negra, pico culminante do Estado. A topologia é aplainada e orientada para os rios São Francisco e Sergipe. O solo e o clima possibilitam o desenvolvimento da atividade pastoril, uma vez que a agricultura é limitada pelas condições climáticas existentes: baixa pluviosidade anual, com 7 a 11 meses secos; contudo, durante os invernos regulares, observa-se intensa atividade agrícola praticada, sobretudo, pelos agricultores das pequenas e médias propriedades.

Quanto à distribuição da população na Microrregião, ela vem aumentando vagarosamente. Tal fato pode ser constatado conforme se observa na tabela 1.

Verificadas as mudanças, operadas nestas três décadas, nota-se que, entre 1960-70, o Município que mais cresceu foi Poço Redondo, com 119,76%, seguido de Monte Alegre de Sergipe, com 85,92 e Canindé de São Francisco, com 70,80%, demonstrando que a procura de terras no sertão, tendo em vista o preço e abundância de áreas não utilizadas e o uso intensivo das terras no litoral, ampliou a fronteira agrícola do Estado, evidenciando o incremento populacional. Com exceção de Canindé de São Francisco e Porto da Folha, todas as demais unidades diminuíram o seu percentual de crescimento nas décadas de 70 e 80. O Município de Canindé de São Francisco passa a ser procurado por grupos alagoanos, pernambucanos e sergipanos que, em busca de terras e trabalho, dão origem a aglomerados rurais, como: Capim Grosso, Curituba, aumentando o seu crescimento de 70,80%, entre 1960-70, para 116,89%, em 1970-80. Porto da Folha passa de 38,56% para 43,57%.

A majoritária diminuição nos percentuais de crescimento nos Municípios da área é devido à saída de migrantes sergipanos na época de uma das maiores secas da região, a partir de 1979. Tangido pela seca, pela falta de terras para o trabalho, sem emprego, o sertanejo é migrante patente.

TABELA 1
 POPULAÇÃO RESIDENTE E INCREMENTO POPULACIONAL
 INTERCENSITÁRIO — 1960-1980

MUNICÍPIOS	POPULAÇÃO RESIDENTE NA DATA DOS CENSOS				
	Números absolutos			Incremento intercensitário (%)	
	1960 (1)	1970	1980	1960/1970	1970/1980
TOTAL.....	36 579	59 194	87 043	61,83	47,05
Canindé de São Francisco	1 661	2 837	6 153	70,80	116,89
Gararu	7 365	10 689	12 284	45,14	14,93
Monte Alegre de Sergipe	3 620	6 730	8 591	85,92	27,66
Nossa Senhora da Glória.....	8 209	13 716	20 422	67,00	48,90
Poço Redondo	4 231	9 298	16 731	119,76	79,95
Porto da Folha	11 493	15 924	22 862	38,56	43,57

FONTES — Censo Demográfico de Sergipe 1980 e Anuário Estatístico de Sergipe 1978, IBGE.
 (1) População presente.

Quanto à distribuição por domicílio, verifica-se que a mesma é maior no campo. Em 1980, algumas das suas unidades possuem mais de 80% da população no campo. Tal fato é também verificado na década de 70, quando 47.739 pessoas viviam na área

rural da Microrregião e, apenas, 11.455 na área urbana. Isto demonstra a força que a agricultura tem e exerce em todos Municípios da área e a conseqüente fragilidade dos centros urbanos que têm muito pouco, quase nada, a oferecer às populações (Figura 1).

PERCENTUAL DA POPULAÇÃO POR DOMICÍLIO

Figura 1

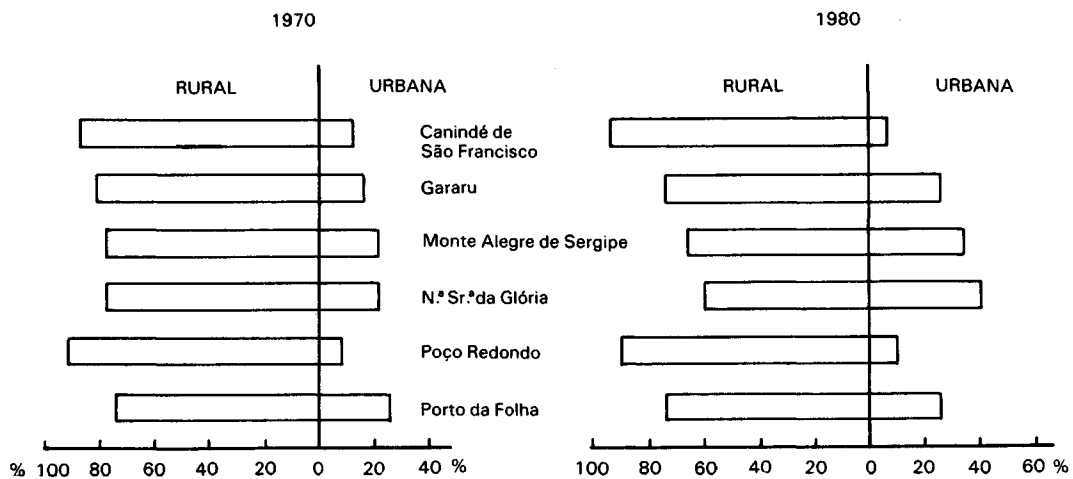


TABELA 2
SERTÃO SERGIPANO DO SÃO FRANCISCO
DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO, POR SEXO
SEGUNDO OS MUNICÍPIOS – 1980

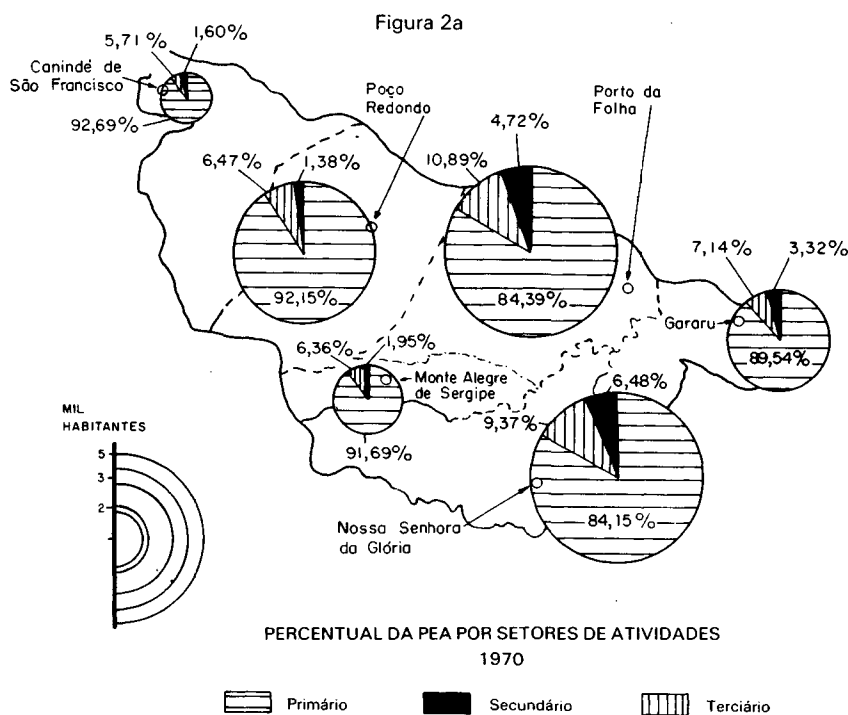
MUNICÍPIOS	MASCULINO		FEMININO	
	Absoluta	%	Absoluta	%
TOTAL	43 004	49,46	44 039	50,60
Canindé de São Francisco.....	3 115	50,62	3 038	49,37
Gararu.....	5 670	46,15	6 614	53,84
Monte Alegre de Sergipe.....	4 275	49,76	4 316	50,23
Nossa Senhora da Glória	10 181	49,85	10 241	50,14
Poço Redondo	8 268	49,81	8 463	50,58
Porto da Folha	11 495	50,27	11 367	49,72

FONTE – Censo Demográfico de Sergipe 1980, IBGE.

Quanto à composição por sexo, em quase todas as unidades há predomínio do grupo feminino, com exceção de Canindé de São Francisco e Porto da Folha, onde o contingente é maior, apenas 1,25% e 0,55%. Tem-se, assim, a saída de grupos masculinos da região em procura de empregos ou

meio de vida, deixando para trás mulheres, filhos e tudo mais. Alguns vão à procura de outras áreas agrícolas, como a Cotinguiba, zona canavieira e a área citricultora de Boquim. Outros grupos dirigem-se diretamente a Aracaju ou vão para outros Estados.

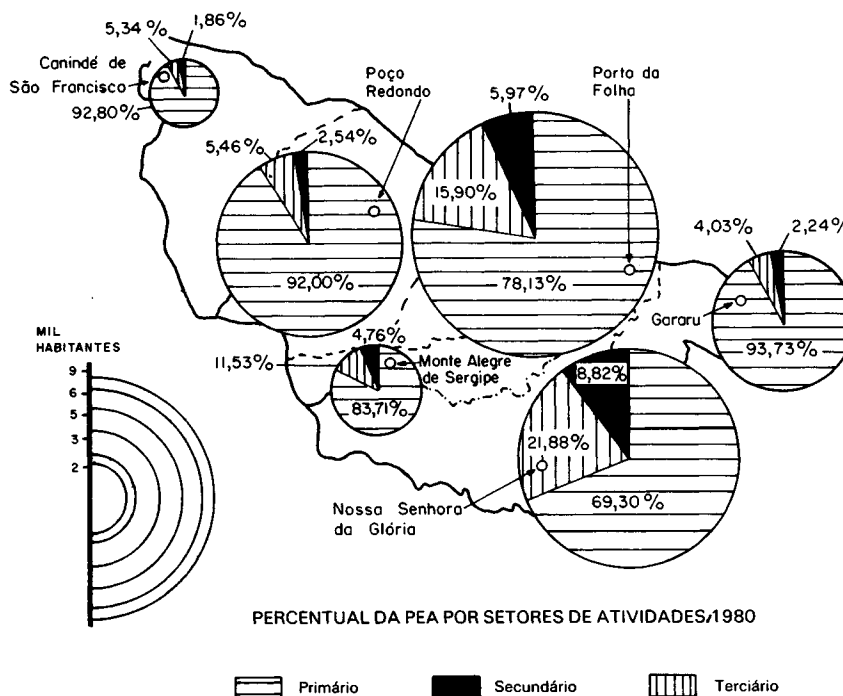
MICRORREGIÃO DO SERTÃO SERGIPANO DO SÃO FRANCISCO



FONTE: Censo Demográfico de Sergipe 1970, IBGE

MICRORREGIÃO DO SERTÃO SERGIPANO DO SÃO FRANCISCO

Figura 2b



FONTE: Anuário Estatístico de Sergipe, 1983, SEPLAN/INEP.

Tendo em vista a grande concentração populacional na área rural, a maior parte da população integrada ao setor primário adquire posição destacada, pois a atividade agropecuária é a mais expressiva da região, englobando, em 1980, cerca de 22.441 pessoas. O setor secundário é frágil; as cidades não possuem maior expressão nem oferecem condições ao surgimento de indústrias capazes de absorverem a mão-de-obra numerosa e disponível. Há, apenas, algumas fabriquetas e pequenos artesanatos. O maior ou único centro com certa expressão industrial é Nossa Senhora da Glória que tem, no setor, 8,82% da sua população ativa. O setor terciário da área também não tem condições para absorver contingentes significativos da população. Somente Nossa Senhora da Glória, Porto da Folha e Monte Alegre de Sergipe detêm entre 22 a 12% da sua população ativa nesta atividade; os demais não atingem nem 6% (Figura 2a e 2b).

ESTRUTURA AGRÁRIA E RELAÇÃO DE TRABALHO

A estrutura agrária engloba o processo de acesso à propriedade da terra, incluindo o sistema de exploração da mesma, a maneira como as culturas se distribuem na superfície terrestre, bem como as relações existentes entre proprietários e trabalhadores agrícolas, inclusive os sem terra.

O acesso à terra em Sergipe tem sido difícil, tendo em vista a maioria das terras se encontrar na mão de poucos donos, os quais são detentores do poder político-econômico do Estado.

Conflitos têm sido travados entre latifundiários e trabalhadores que tentam incorporar-se ao sistema Homem-Terra, disputando uma parcela para sobreviver. A exploração do espaço rural continua, a terra se

concentra cada vez mais tornando-se escassa para os pequenos ou os sem terra, obrigando-os, para sobreviver, venderem a sua força de trabalho para o grande e o médio proprietário, que os utilizam como volantes, de preferência na época da limpa, colheita ou plantio das capineiras sob a forma de diaristas ou empreitadas.

Com relação à figura do trabalhador permanente, este vem sendo eliminado por problema de ordem legal, tendo em vista que os grandes proprietários não desejam o vínculo empregatício. A meação ou parceria, também vem diminuindo a cada passo e a lavoura de subsistência vem desaparecendo, gradativamente, aumentando, desta maneira, a proletarização no campo.

A Propriedade

A terra é fonte de poder econômico e fonte de poder político. No Sertão Sergipano o martírio do homem é, também, o martírio da terra. O sertanejo, além de sofrer por falta de melhor salário e, principalmente, por falta de terra, é levado a abandoná-la ou a viver no abandono e na miséria. O que ocorre no sertão sergipano está ocorrendo em todo Território Brasileiro.

Na Microrregião existem várias formas de exploração da terra: a — a feita pelo proprietário ausenteísta que mora em Aracaju ou sedes municipais, entregando a administração do imóvel a um gerente ou vaqueiro; b — a familiar, na qual o proprietário cuida da terra com a participação da família e c — aquela em que o proprietário utiliza mão-de-obra familiar e, ainda, trabalha com o assalariado, geralmente, temporário.

Os arrendatários representam pequena parcela. De acordo com o Censo Agropecuário de 1980, eram cerca de 588 instalados, principalmente, nas médias propriedades. O sistema de parceria é mais frequente, sobretudo na área ribeirinha das várzeas onde domina a cultura do arroz.

Em 1980, havia na Microrregião 595 parceiros, Gararu liderando com mais de 60%. É comum, atualmente, a presença do ocupante roceiro ou posseiro, que produz em terras cedidas (ou invadidas) nos latifúndios.

A relação minifúndio-latifúndio vem gerando, com frequência, grandes atritos entre fazendeiros e trabalhadores sem terra e/ou pequenos agricultores. O confronto entre proprietários e trabalhadores tem sido, na maioria das vezes, contido pela ação da justiça que faz prevalecer o direito de propriedade. Quando há invasão de propriedade, os invasores (trabalhadores sem terra) são expulsos, socorridos pelos Sindicatos ou pela Igreja que, no Sertão Sergipano do São Francisco, é atuante, progressista. Ante o governo omissivo, o trabalhador exige sobrevivência. Exemplo atual de invasão vem ocorrendo em Poço Redondo: 80 famílias, ocupando parte de propriedade desaproveitada; a União e o Estado indiferentes em face da pobreza.

Sem terras para o trabalho, o agricultor, cansado de lutar, desiludido, migra, reduzindo, assim, a produção de gêneros alimentícios. O grande proprietário tem sua atividade voltada, sobretudo, para a criação de gado, atividade que libera e castiga a mão-de-obra.

É cruel, na área, a constatação de que o tamanho das propriedades varia de 1 a 23.000 tarefas, ou seja, de 0,3 a 7.021 hectares. A disparidade tem sido justificada pelo desmembramento ou pela anexação; o grande, geralmente quando não tolera, engole o pequeno proprietário (Tabela 3).

O desmembramento é devido, sobretudo, à herança que fragmenta ainda mais a pequena propriedade. Conforme constatação nos Cartórios Imobiliários, o desmembramento de grandes propriedades é raro e quando ocorre é por motivo de herança, quando vendida a terceiros ou a parentes, o são no seu tamanho original. No caso dos médios e dos pequenos proprietários o desmembramento se processa com a venda da terra para, assim, liquidarem compromissos assumidos.

A anexação é comum entre os médios e grandes proprietários, através da compra das glebas adjacentes. Isso faz com que a concentração fundiária seja cada vez mais acentuada na Microrregião.

De acordo com a curva de Lorenz, baseada em dados do INCRA, 1985, utilizando-se o critério do terço da curva, pode-se classificar as propriedades em: pequenas, médias e grandes.

TABELA 3
SERTÃO SERGIPANO DO SÃO FRANCISCO
DISTRIBUIÇÃO DAS PROPRIEDADES
POR CLASSES DE ÁREA, SEGUNDO MUNICÍPIOS – 1985

MUNICÍPIOS	CLASSES DE ÁREA (ha)							
	0 2	2 5	5 10	10 20	20 30	30 50	50 70	70 100
Gararu	79	121	200	301	169	271	141	83
Monte Alegre de Sergipe (1).....	3	22	52	103	80	128	51	55
Nossa Senhora da Glória (1).....	41	133	198	271	172	243	125	69
Poço Redondo	41	127	36	53	18	56	25	96
Canindé de São Francisco (1).....	--	3	56	35	19	74	43	43
Porto da Folha	90	164	290	469	256	398	160	123

MUNICÍPIOS	CLASSES DE ÁREA (ha)						
	100 150	150 200	200 300	300 500	500 1000	1000 2000	2000 8000
Gararu	61	29	25	20	9	4	1
Monte Alegre de Sergipe (1).....	47	20	23	14	2	2	--
Nossa Senhora da Glória (1).....	68	37	23	23	29	4	--
Poço Redondo.....	81	51	31	50	24	9	5
Canindé de São Francisco (1).....	29	46	15	37	32	25	3
Porto da Folha	74	36	29	17	9	4	1

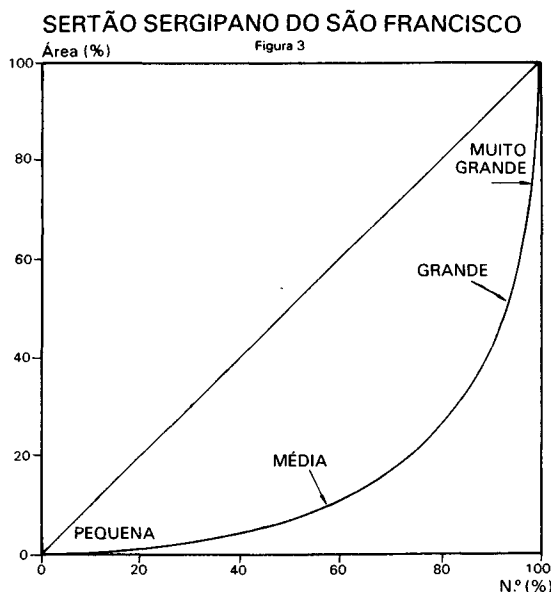
FONTE -- Cadastro de Imóveis Rurais, 1985, INCRA.
 (1) Os dados referem-se ao número de proprietários.

As pequenas, até 30 hectares, as médias, de 30 a 150 hectares e as grandes, mais de 150 hectares. Devido à grande disparidade existente nas dimensões das grandes propriedades, optou-se pela sua subdivisão em grande e muito grande. A grande compreendia entre 150 e 500 hectares e a muito grande, as superiores a 500 hectares. Na pequena propriedade a mão-de-obra é familiar e a renda é completada por trabalhos volantes, executados nas médias e grandes propriedades. A produção é voltada para os cultivos de subsistência, possuindo o agricultor até três cabeças de gado.

A média propriedade, conhecida na região como "fazendola", tem, na administração, o próprio proprietário; a mão-de-obra é familiar, complementada pelo trabalho do "volante". A sua utilização é orientada para a pecuária, com os cultivos de subsistência, ocupando pequena parte da propriedade e realizados por arrendatário e parceiros ou pelo próprio proprietário.

A grande propriedade é caracterizada pela não fixação do proprietário, baixo índice de aproveitamento do espaço disponível. São encontrados os assalariados permanentes e "volantes", sendo os últimos utilizados na plantação, limpeza e renovação dos pastos.

Analisando-se a concentração fundiária para a região, como um todo, o coeficiente de Gini encontrado foi 0,709. Contudo, comparando-o com os valores obtidos das unidades que integram a região, observa-se que o mesmo não pode ser tomado como um referencial de toda a Microrregião, uma vez que somente Canindé de São Francisco apresentou valor aproximado a este. O agrupamento das propriedades, em nível regional, favoreceu a concentração (Figura 3).



Dos municípios foram obtidos os seguintes coeficientes de Gini: Monte Alegre de Sergipe 0,581, Nossa Senhora da Glória 0,677, Poço Redondo 0,592, Porto da Folha 0,625, Gararu 0,644 e Canindé de São Francisco, já citado, 0,704.

Assim, o Município de Monte Alegre de Sergipe é o que apresenta menor concentração, seguido do Município de Poço Redondo (Figura 4).

Diante desta realidade, necessário se faz a aplicação urgente de medidas que possam corrigir as distorções existentes, no sentido de que o homem do campo possa dispor de terra e trabalho. Sem isso, não é possível, na área, a sobrevivência, melhor qualidade de vida, sociedade democrática, humana, justa.

Força de Trabalho

Um dos objetivos deste estudo foi detectar as condições de trabalho no setor primário — em particular na lavoura — envolvendo, especialmente, as relações sociais de produção.

Ênfase foi dada ao trabalho da mulher, uma vez que foi notada grande participação deste contingente no sistema produtivo da Microrregião.

De acordo com os questionários e entrevistas, foi observado, quanto aos locais de trabalho das mulheres, que existe certa homogeneidade. As mulheres são direcionadas, ora para as "frentes de trabalho", ora para as roças de pessoas conhecidas. Só em alguns casos as roças são próprias. A ocupação das mulheres varia conforme a necessidade das propriedades ou a orientação das "frentes de trabalho", instituídas pelo Governo Federal. O trabalho é rotineiro e não se faz distinção entre as tarefas dos homens e das mulheres.

A mulher é submetida à mesma exploração que o homem. Para os grandes proprietários, mulher e homem são "empregados" e empregados têm que trabalhar "duro". Lado a lado com o homem, a mulher executa, na lavoura, as tarefas rotineiras nas propriedades onde estão alocadas: limpa a terra, roça o mato, faz a queimada, semeia e ajuda na fase da colheita. Outras ainda se deslocam para as "frentes de trabalho", durante três dias da semana e, nas

horas que passam em seus lares, executam habituais trabalhos domésticos, não compensados financeiramente.

Em relação a "frentes de trabalho", a mulher cava tanques, carrega pedras, abre poços e ajuda na construção de barragens. A mulher constitui numerosa força de trabalho braçal, trabalho que é alugado por tempo indeterminado, dependendo das condições climáticas e da necessidade de braços.

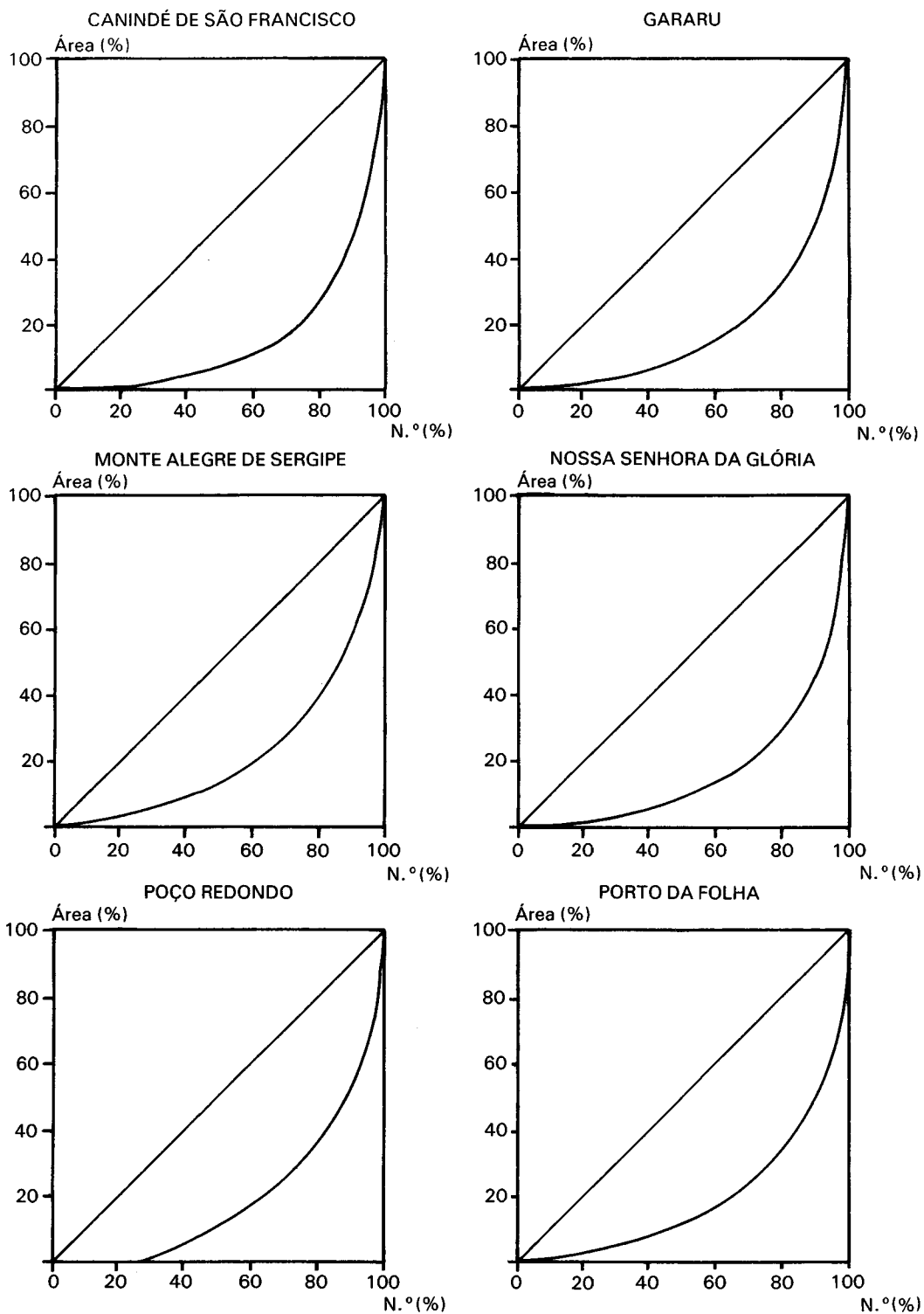
As mulheres, na Microrregião, residem, na maior parte, na zona urbana. As cidades são, quase sempre, refúgio e residência da mão-de-obra rural, uma vez que a ocupação principal dos seus habitantes é a lavoura e/ou lavoura e pecuária. As mulheres residentes nas cidades são, geralmente, domésticas, exercendo, também, trabalhos artesanais, durante o período no qual não se deslocam para as "frentes de trabalho" ou para as plantações. Algumas delas migram na época do plantio ou de formação das "frentes de trabalho".

As trabalhadoras assalariadas temporárias são recrutadas para as propriedades e/ou "frentes de trabalho" de três locais específicos: a — dos próprios Municípios da Microrregião; b — de municípios limítrofes de Sergipe; c — também do Estado de Alagoas. O período do inverno é a fase de maior contratação de assalariadas temporárias, pois coincide com a época do plantio (meses compreendidos entre maio e setembro). A finalidade das contratações é a execução de serviços gerais característicos da própria atividade agrícola, sem que haja redução de tarefas para as mulheres como forma de compensação pelo fato de serem, elas, "mulheres".

No pique das contratações dos assalariados temporários e para evitarem despesas com transporte (ida e volta diariamente), os proprietários alojam em galpões, ou mesmo em dependências das propriedades, todos os assalariados temporários (incluindo homens e mulheres), oriundos de outros municípios. Os demais assalariados (residentes próximo às propriedades) deslocam-se para suas residências sob duas formas: diária e semanalmente. Aqueles que fazem o retorno diário se deslocam, a partir — quase sempre — das 5h30m, para as propriedades e, após o dia de serviço, retornam por volta das 17h ou mesmo 18h.

SERTÃO SERGIPANO DO SÃO FRANCISCO CURVAS DE LORENZ POR MUNICÍPIO

Figura 4



Normalmente, a trajetória ida-e-volta é realizada pelo processo de autolocomoção e, somente vez por outra, complementada por uma carona (quase sempre de proprietários conhecidos). Outros trabalhadores já são contratados para fixarem-se nas propriedades por períodos quinzenal ou mensal. Nestes casos, os proprietários interessados custeiam os deslocamentos, utilizando caminhões contratados que buscam os trabalhadores em seus locais de origem e, depois de prestados os serviços, fazem a respectiva “devolução”. Os trabalhadores não pagam qualquer taxa de deslocamento. Eles não possuem condições financeiras para custeio da passagem; quase sempre estão desempregados, na fase de acerto de emprego e na hora do retorno, porque percebem salário insignificante, não tendo, portanto, dinheiro. Além disso, na maioria das propriedades, os contratantes não fornecem alimentação. A exploração é visível e os salários são, realmente, insuficientes. Daí a participação crescente da mulher, visando a soma do salário dela e do esposo (ou companheiro) para o sustento familiar. Em geral pai, mãe e filhos menores trabalham e o nível de vida continua baixo, miserável.

Os alojamentos, cedidos pelos patrões na época do “pique” de trabalho, dispõem, apenas, de algumas camas e banheiros. A alimentação dos trabalhadores é fornecida somente para aqueles que foram recrutados de outros municípios. Os proprietários fornecem os gêneros *in natura*, ficando ao encargo das mulheres a preparação do café da manhã, do almoço, que normalmente são levados nas marmitas, bem como o jantar. Mas os trabalhadores do próprio município não recebem este tipo de apoio, pois os donos da terra alegam que eles deverão trazer a sua própria alimentação. Devido ao fato de todos os trabalhadores de uma mesma fazenda aproximarem-se socialmente e até criarem certos laços de amizade, quase sempre as mulheres que cozinham esquentam, também, as marmitas dos que “vão e voltam”, diariamente, evitando que a comida seja ingerida “fria”.

As propriedades que abrigam os trabalhadores volantes e/ou permanentes são providas de água, mesmo em clima semi-árido. A

água, de péssima qualidade, devido ao problema de salinização, é disponível em cacimbas, tanques ou fontes. Os trabalhadores sempre estão munidos dela, trazida de suas próprias casas em cabeças ou transportada em latões. Nos períodos de escassez, os proprietários se encarregam de distribuir latões para que os trabalhadores sejam providos de água. Com as “frentes de trabalho”, certas propriedades foram beneficiadas com a construção de tanques e a cavação de cacimbas.

Predominam, na região, os baixos salários e os proprietários rurais não mantêm a mulher e o homem como assalariados permanentes, tendo em vista as exigências legais. Essa parcela da população “quebra a cabeça”, nessas condições, de propriedade para propriedade. A oferta de trabalho torna-se cada vez mais inelástica no setor primário. Assim, as “frentes de trabalho” surgem como alternativas de emprego temporário, uma vez que as propriedades existentes não necessitam de mais de dois ou três assalariados permanentes.

Em média o homem percebe Cr\$ 15.000 semanais, enquanto a mulher recebe Cr\$ 9.000; esta quantia também é paga às crianças. Trabalhadores mais experientes reivindicam Cr\$ 3.000 como salário-dia, enquanto que algumas mulheres — também mais conscientizadas — exigem Cr\$ 2.500, como pagamento diário. Na época da colheita, os patrões que têm assalariados fixos atendem às solicitações. Logo após o plantio (período chuvoso), em certas propriedades, os patrões reduzem o número de assalariados temporários.

A ineficácia da infra-estrutura, aliada ao clima semi-árido, serve de empecilho ao desempenho dinâmico da agricultura e esse fator gera, obviamente, a queda da produção e da produtividade. Muitos trabalhadores economicamente ativos, que vendem a sua força de trabalho, possuem um pedaço de terra (terreno), ora na periferia das cidades, ora na zona rural. Tem-se, assim, pequenas propriedades ilhadas entre latifúndios. Esses pedaços de terra, os chamados sítios, servem como atividade econômica e local de habitação. As mulheres cujas famílias não possuem terrenos correspondem às migrantes.

Nas pequenas propriedades se repete o tradicionalismo rural brasileiro: pratica-se agricultura de subsistência representada, em maior escala, por culturas como milho, feijão e abóbora. Cultiva-se, paralelamente, a palma e o algodão. A palma tem como finalidade o alimento do gado (quase sempre a "vaca de corda" responsável pela alimentação dos familiares). Aparecem pastagens naturais, representadas pela caatinga degradada e pastagens artificiais, constituídas pelo capim pangola e a palma.

As famílias dos trabalhadores rurais apresentam, em média, oito pessoas. Só não trabalham na lavoura as criancinhas, pois a situação econômica precária força a utilização da mão-de-obra de crianças a partir dos 7 anos de idade. Dessa forma, pai, mãe e filhos, com idade superior aos sete anos — independentemente de sexo — trabalham integrados.

Predomina, nas famílias entrevistadas, o subemprego. O número de assalariados permanentes é mínimo. Nas famílias radicadas há algum tempo nos municípios, o "cabeça do casal" é o único assalariado permanente. Deve-se isso ao fato de que existe a tradição de que o homem é mais forte, fisicamente, e, sempre, estará apto a acompanhar o patrão em atividades fora da propriedade. Na ausência do marido ou companheiro a mulher assume o comando da casa.

Durante o inverno, com o conseqüente aumento da pluviosidade, utiliza-se, em larga escala, a força de trabalho de homens, mulheres, jovens e crianças que, em face da pobreza dos pais, abandonam as escolas para trabalhar. A evasão escolar é significativa, talvez escandalosa.

O trabalhador, contratado eventual ou permanente, que adoecer, e não puder trabalhar, não receberá o dia de serviço. Aqueles que estão alojados nas propriedades recebem a alimentação e não o dia de serviço em dinheiro. Se o trabalhador for volante e morar nas cidades próximas, o caso é mais grave. Ele (ou ela) terá de solicitar ajuda de políticos locais. Apenas o trabalhador permanente recebe certo tratamento ("cuidado"). Isso, quando tem, o que não é comum, carteira profissional assinada; os patrões, no caso, conduzem o trabalhador até o posto de saúde mais próximo do Instituto

Nacional de Previdência Social (INPS). Daí por diante, o contato deverá ser entre o interessado e a Previdência Social.

É lamentável constatar que não há preocupação dos proprietários com o bem-estar dos trabalhadores rurais. Não há médico nas propriedades. Em caso de acidentes de trabalho com o empregado permanente o patrão o envia para o posto médico da cidade mais próxima. Mas, se for volante, ele é despedido. Não há segurança previdenciária. Nos acidentes de trabalho, nem o homem nem a mulher recebe a semana completa (os seis dias de trabalho). As mulheres gestantes não são abonadas dos trabalhos no campo, tanto em propriedades como nas "frentes de trabalho". Desde que aceitas no serviço, já sabem, de antemão, que não gozarão de regalia alguma. Para os patrões, cada mulher é para trabalhar e não para gozar privilégios. Homem, mulher gestante, mulher não gestante e crianças apenas valem pelo trabalho que executam. Se não produzem, nada valem, nada recebem.

Nas entrevistas realizadas, como, também, nos questionários aplicados, as informantes afirmam que o relacionamento patrão-empregada é normal, sem discriminação em relação à pessoa humana. As mulheres são tratadas como os homens o são: não têm regalias, porém não são perseguidas ou subjugadas. A discriminação é salarial; a mulher percebe 40% a menos que o homem e, no entanto, executa idênticos serviços. O empregador é, assim: contra a lei e a justiça.

Não há, na Microrregião, identificação entre as operárias do campo e os Sindicatos Rurais. Poucas entrevistadas são sindicalizadas. A explicação para a não filiação é aceitável. Para ser filiada a qualquer Sindicato Rural a mulher tem de contribuir mensalmente, isso afeta suas já difíceis condições financeiras. Domina a concepção de que os sindicatos funcionam, apenas, para distribuir fichas, objetivando atendimento médico e/ou odontológico.

PRODUÇÃO AGRÍCOLA

O sistema de produção agrícola da Microrregião Sertão Sergipano do São Francisco é orientado, basicamente, para a pe-

TABELA 4
SERTÃO SERGIPANO DO SÃO FRANCISCO
UTILIZAÇÃO DA TERRA COM PASTAGENS E LAVOURA – 1980

UTILIZAÇÃO DAS TERRAS	ÁREA	
	Números absolutos (ha)	Números relativos (%)
Pastagem	211 215	78,56
Natural	69 657	33,00
Plantada	141 558	67,00
Lavoura	57 631	21,44
Permanente.....	51	0,10
Temporária	57 580	99,90

FONTE – Censo Agropecuário 1980, Sergipe, IBGE.

cuária e, num segundo plano, para a produção de alimentos, a partir das culturas do milho, feijão, mandioca e arroz. Há, também, produção de algodão. Em propriedades mais desenvolvidas, com maior aplicação de capital e modernas técnicas, há o cultivo intercalado, a rotação de lavouras com pastagens. Não é incomum a existência de "cultivos solteiros", como, por exemplo, o milho.

O gado ocupa, cada vez mais, o espaço anteriormente reservado às lavouras. A proporção do gado nas propriedades varia de acordo com o tamanho de cada uma e o poder econômico do proprietário. Predominam, quanto ao gado bovino, três raças: o mestiço tradicional, o mestiço de zebu com holandês e o indu-brasil. A criação tem triplíce função: a primeira, o abastecimento de leite a nível de propriedade, pois a área não é bacia leiteira significativa; a segunda, o corte, a mais importante, pois o gado é a principal fonte de renda do proprietário; e, a terceira, a tração animal. O pequeno e o médio proprietário usam o gado como força de trabalho, velha tradição brasileira, especialmente em zonas pouco dinâmicas como as áreas semi-áridas do sertão nordestino.

A lavoura, em parte, é limitada pela ação climática na Microrregião, daí a porcentagem de pastagens, em média, apresentar 75% sobre as lavouras (Tabela 4).

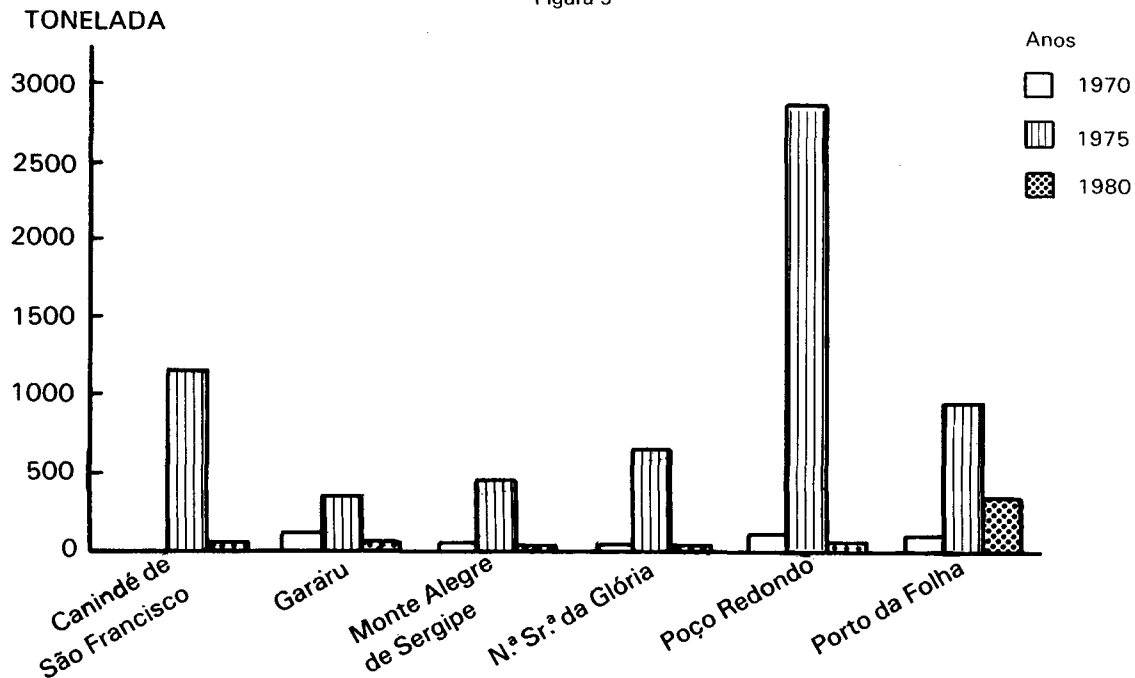
A Tabela 4 mostra que a agricultura da região é orientada para o criatório havendo, assim, predominância das áreas de pastagens sobre as lavouras.

A semi-aridez não contribui para a existência de pastos naturais em condições de serem utilizados durante todo o ano, daí a necessidade de fomentar os pastos artificiais. Assim, os grandes proprietários utilizam cada vez mais os implementos agrícolas modernos, como tratores, grades etc., e introduziram gramíneas resistentes ao clima adverso, como o pangola, *buffalo gray*, etc. Os pequenos proprietários não podem, em sua maioria, comprar ou alugar tratores; utilizam a mão-de-obra familiar e de vizinhos para a formação de novas pastagens. Os pastos artificiais não constituem solução eficaz, pois falta a água em escala suficiente, tanto para irrigação como para manter o nível de unidade necessário às atividades agropecuárias. Os períodos de estiagem e as secas dizimam os pastos naturais e o rebanho.

Os produtos agrícolas significativos da Microrregião são: feijão, milho, mandioca, arroz e algodão. Observando-se a sua evolução, nos períodos 1970, 1975 e 1980, verifica-se que, em 1970, os maiores produtores de feijão foram Gararu, com 192 toneladas, Poço Redondo e Porto da Folha, com 162 toneladas cada. Em 1975, aumenta a produção: Poço Redondo — 2.880 toneladas, Canindé de São Francisco — 1.129 toneladas e Porto da Folha — 931 toneladas. As demais unidades produziram de 400 a 700 toneladas. Em 1980, há queda, tendo em vista a seca prolongada que assolou a área a partir de 1979 e a unidade que mais produziu foi Porto da Folha, com menos de 400 toneladas (Figura 5).

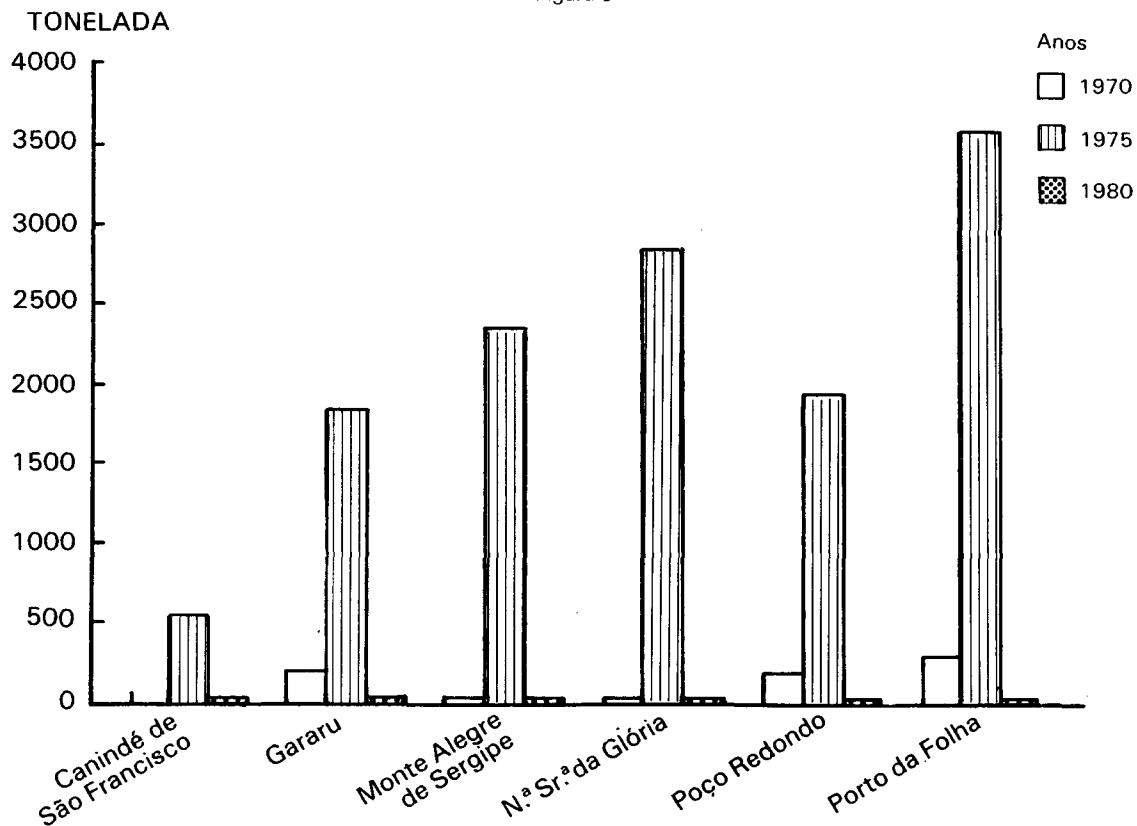
SERTÃO SERGIPANO DO SÃO FRANCISCO
 PRODUÇÃO DE FEIJÃO, POR MUNICÍPIO-1970/75/80

Figura 5

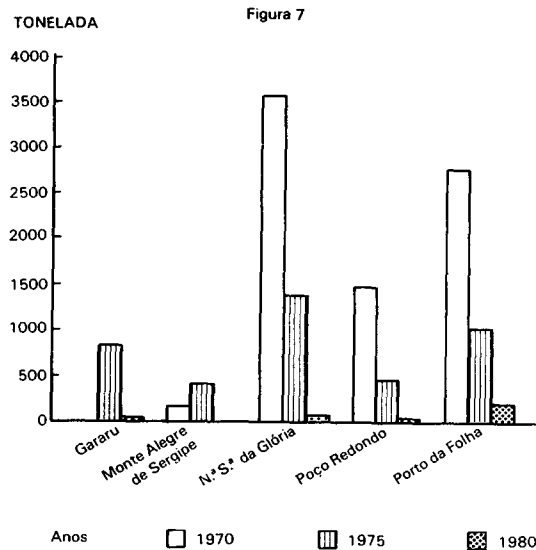


SERTÃO SERGIPANO DO SÃO FRANCISCO
 PRODUÇÃO DE MILHO, POR MUNICÍPIO-1970/75/80

Figura 6



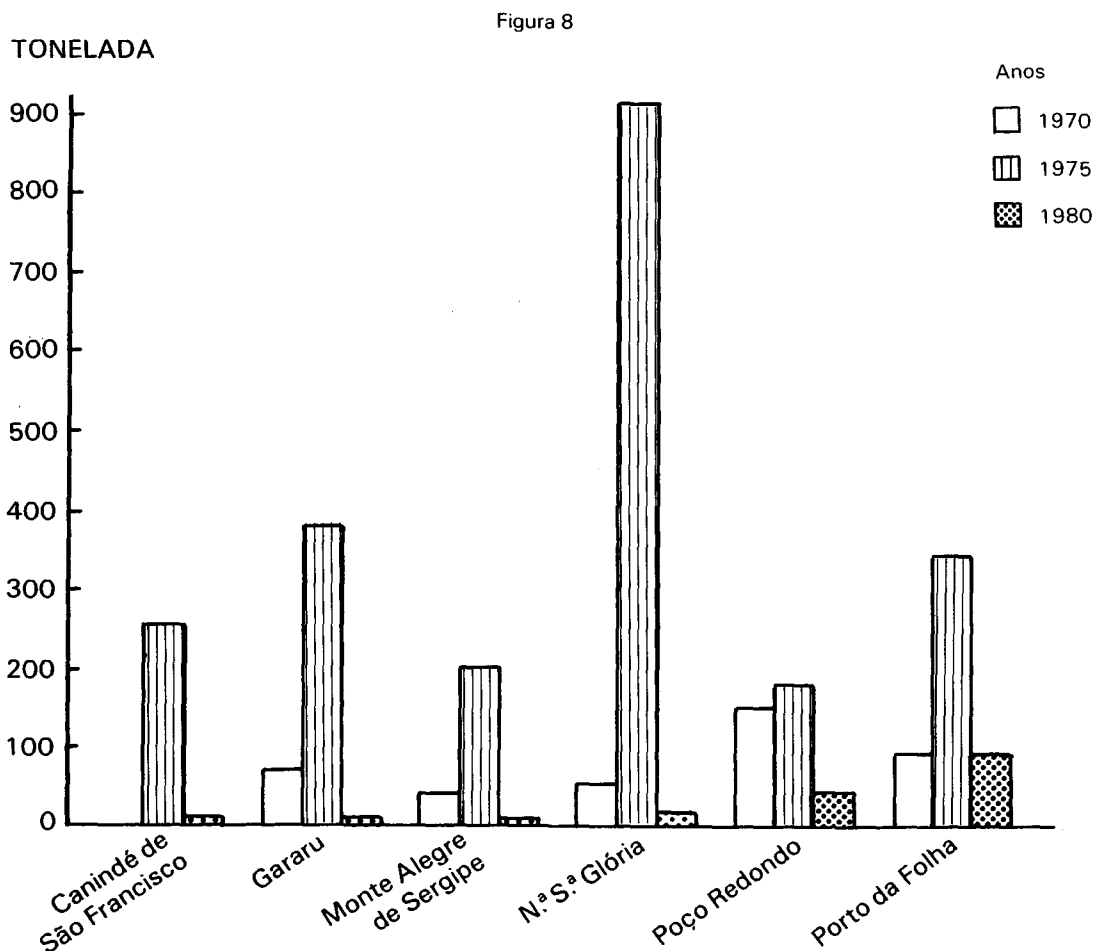
SERTÃO SERGIPANO DO SÃO FRANCISCO
 PRODUÇÃO DE MANDIOCA, POR MUNICÍPIO-1970/75/80



No tocante à produção de milho, em 1970 é Porto da Folha que se destaca, com 263 toneladas, seguido de Gararu, com 240 toneladas e Poço Redondo, com 210 toneladas. Em 1975, Porto da Folha continua liderando a produção, com 3.618 toneladas, seguido de Nossa Senhora da Glória, com 2.820 toneladas e Gararu, com 2.613 toneladas. Em 1980, a produção cai assustadoramente, aparecem municípios produzindo, apenas, 1 tonelada. Reflexo da seca (Figura 6).

Quanto à mandioca, em 1970, Nossa Senhora da Glória desponta com 3.550 toneladas, seguida de Porto da Folha, com 2.740 toneladas e Poço Redondo, com 1.420 toneladas. A produção dos demais Municípios não tem expressão (Figura 7).

SERTÃO SERGIPANO DO SÃO FRANCISCO
 PRODUÇÃO DE ALGODÃO, POR MUNICÍPIO-1970/75/80

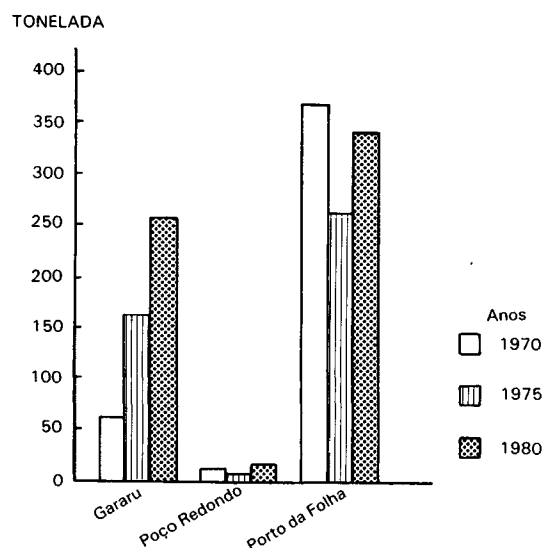


Quanto ao algodão, Poço Redondo se destaca na produção, com 150 toneladas e os demais variando de 45 a 100 toneladas. Em 1975, há um aumento considerável: Nossa Senhora da Glória, que havia produzido 50 toneladas de algodão em 1970, passa a 912 toneladas, seguida de Gararu — 378 toneladas e Porto da Folha 342 toneladas. Em 1980, cai a safra algodoeira; o Município maior produtor, Porto da Folha, atinge 95 toneladas (Figura 8).

A produção de arroz ocorre nas várzeas dos rios, notadamente em três Municípios. O maior produtor é Porto da Folha, com 432 toneladas em 1970, diminuindo, em 1975, para 324 toneladas e, em 1980, atinge 5.151 toneladas. Gararu, em 1970, produz 72 toneladas, passa para 222 toneladas, em 1975 e 312 toneladas, em 1980. Já em Poço Redondo a produção é pequena, com 18 toneladas, em 1970, 91 toneladas, em 1975 e 33 toneladas, em 1980 (Figura 9).

A pecuária, como em todo o Sertão Nordestino, serviu como meio de ocupação do espaço, tornando-se, desde os primórdios, a maior atividade econômica da Microrregião. O processo de ocupação da área foi conduzido pelo criatório de gado e plantio de algodão. O rebanho bovino é o de maior significação em toda a Microrregião, com um total de 153.780 cabeças, em 1980, embora isto represente, apenas, 15,3% do rebanho estadual. Sua expansão é constante, tendo Nossa Senhora da Glória evoluído de 21.722 cabeças, em 1970, para 36.196, em 1980. Porto da Folha, o segundo maior rebanho, passou de 13.428 cabe-

SERTÃO SERGIPANO DO SÃO FRANCISCO
PRODUÇÃO DE ARROZ, POR MUNICÍPIO-1970/75/80
Figura 9



ças, em 1970, para 33.125, em 1980. Canindé de São Francisco, embora detenha o menor efetivo bovino, vem aumentando, passando de 3.316 cabeças, em 1970, para 14.239, em 1980.

A expansão do gado bovino é devida à introdução de pastagens artificiais, com graminéas mais resistentes às condições climáticas da região, o que aumentou a lotação nas propriedades. Antes do pangola, era 3 ha/rês; atualmente, com esta graminéa e o *buffalo gray*, esta relação passou em média de 1 a 1,5 ha/rês ou cabeça de gado. Associe-se a isto o crédito rural e a introdução de novas matrizes (Tabela 5).

TABELA 5

SERTÃO SERGIPANO DO SÃO FRANCISCO
REBANHO BOVINO — 1970-1980

MUNICÍPIOS	NÚMERO DE CABEÇAS					
	1970		1975		1980	
	Total	%	Total	%	Total	%
TOTAL DAS MICRORREGIÕES	71 391	100,00	98 818	100,00	153 780	100,00
Canindé de São Francisco	3 316	4,65	6 120	6,20	14 239	9,26
Monte Alegre de Sergipe	9 772	13,70	12 088	12,23	16 033	10,42
Gararu	14 020	19,63	19 073	19,30	31 065	20,20
Nossa Senhora da Glória	21 722	30,42	24 780	25,07	36 196	23,53
Poço Redondo	9 133	12,80	14 017	14,19	23 122	15,04
Porto da Folha	13 428	18,80	22 740	23,01	33 126	21,55

FONTES — Censos Agropecuários, IBGE, Anuário Estatístico, INEP.

TABELA 6
SERTÃO SERGIPANO DO SÃO FRANCISCO
REBANHO SUÍNO — 1970-1980

MUNICÍPIOS	NÚMERO DE CABEÇAS					
	1970		1975		1980	
	Total	%	Total	%	Total	%
TOTAL DAS MICRORREGIÕES	3 314	100,00	11 902	100,00	9 259	100,00
Canindé de São Francisco	79	2,38	445	3,75	269	2,90
Gararu	593	17,90	1 202	10,10	1 178	12,74
Monte Alegre de Sergipe	523	15,78	2 091	17,56	936	10,10
Nossa Senhora da Glória	698	21,06	3 000	25,20	3 118	33,67
Poço Redondo	447	13,48	1 568	13,18	960	10,36
Porto da Folha	974	29,40	3 596	30,21	2 798	30,23

FONTES — Censos Agropecuários, IBGE, Anuário Estatístico, INEP.

Outro tipo de criatório encontrado na região é o de porcos. A criação de suínos é feita de maneira rudimentar, sem cuidados sanitários nos tradicionais chiqueiros das pequenas e médias propriedades. Os suínos são utilizados para produção da carne e banha, a comercialização é feita na propriedade ou na "feira" através do atravessador ou, ainda, do próprio produtor que os abate para vender nos mercados. Este criatório não apresenta grande expressão em termos absolutos; em 1980 existiam somente 9.259 suínos, total inferior quando comparada ao de 1975, onde Nossa Senhora da Glória era responsável por um terço deste tipo de criatório, seguido de Porto da Folha, com 2.798 e Gararu, com 1.178 cabeças (Tabela 6).

Os ovinos e caprinos são criados à solta, sem os devidos cuidados. A produção de leite de cabra é pequena e somente agora estão sendo introduzidas matrizes selecionadas, o que tem contribuído para uma expansão destes rebanhos, estimulados pelo Projeto Sertanejo.

Caprinos e ovinos não apresentam maior significação, sobre tudo os caprinos que têm reduzido, sensivelmente, os seus efetivos. No ano de 1970 existiam 32.060 cabeças (Nossa Senhora da Glória, com 13.500) e, em 1980, todo o rebanho caprino da região perfazia o total de 2.127 cabeças (Tabela 7).

A ovinocultura, contudo, resiste. Ela vem aumentando, tendo, entre 1970 e 1980, duplicado o total do efetivo. O rebanho ovi-

TABELA 7
SERTÃO SERGIPANO DO SÃO FRANCISCO
REBANHO CAPRINO — 1970-1980

MUNICÍPIOS	NÚMERO DE CABEÇAS					
	1970		1975		1980	
	Total	%	Total	%	Total	%
TOTAL DAS MICRORREGIÕES	32 060	100,00	3 252	100,00	2 127	100,00
Canindé de São Francisco	1 000	3,11	1 044	32,10	270	12,70
Gararu	380	1,18	153	4,70	246	11,56
Monte Alegre de Sergipe	8 500	26,51	151	4,66	143	6,74
Nossa Senhora da Glória	13 500	42,10	344	10,57	327	15,37
Poço Redondo	8 000	24,95	855	26,30	714	33,56
Porto da Folha	680	2,15	705	21,67	427	20,07

FONTES — Censos Agropecuários, IBGE, Anuário Estatístico, INEP.

TABELA 8
SERTÃO SERGIPANO DO SÃO FRANCISCO
REBANHO OVINO — 1970-1980

MUNICÍPIOS	NÚMERO DE CABEÇAS					
	1970		1975		1980	
	Total	%	Total	%	Total	%
TOTAL DAS MICRORREGIÕES	5 922	100,00	8 759	100,00	11 813	100,00
Canindé de São Francisco	410	6,92	1 442	16,46	913	7,72
Gararu	1 086	18,35	1 286	14,70	1 964	16,62
Monte Alegre de Sergipe	624	10,53	597	6,80	995	8,42
Nossa Senhora da Glória	1 342	22,60	1 410	16,10	2 844	24,10
Poço Redondo	1 564	26,40	2 100	23,98	2 294	19,41
Porto da Folha	896	15,14	1 924	21,96	2 803	23,73

FONTES — Censos Agropecuários, IBGE, Anuário Estatístico, INEP.

no mesmo assim é pequeno, contando, em 1980, com 11.813 cabeças, destacando-se os Municípios de Nossa Senhora da Glória, Porto da Folha e Poço Redondo (Tabela 8).

CONCLUSÕES

As relações de trabalho na Microrregião continuam arcaicas e injustas; os proprietários de terra exploram homens, mulheres e crianças e pagam os piores salários. O médio e o grande proprietário manipulam e exploram a mão-de-obra disponível, tanto mais que o poder público, União, Estado e Município, exceto nos períodos de seca, não têm nenhum programa de absorção da mão-de-obra.

A discriminação da mulher, na área, é fato notório — ela é comparada em valor e trabalho às crianças. A mulher é mais discriminada do que o homem, mas esse, no contexto, não tem nenhum valor.

A presença de pastagens, quantitativa e qualitativamente superiores às lavouras, consagra o domínio do gado e sacrifica o cultivo de subsistência. O gado apresenta tríplice função: leite, corte, tração e é manipulado, principalmente, pelo médio e o grande proprietário.

A pecuarização da Microrregião, crescente sob amparo oficial, reduz cada vez mais as terras disponíveis para a lavouras, esti-

mula e aumenta a já dramática e injusta concentração fundiária.

A migração é uma das características da Microrregião. Ela, ao mesmo tempo em que expulsa uns, recebe, concomitante e contraditoriamente, outros contingentes humanos: o caso de alagoanos e pernambucanos atraídos, inicialmente, pelo baixo preço da terra. Trabalhadores volantes, fugidos de outras microrregiões, são absorvidos pelo sertão na época do plantio, colheita, formação ou reforma de pastos.

Não existe nenhum plano oficial de aglutinação e organização, em termos cooperativistas dos pequenos proprietários, tampouco nenhum projeto específico do governo para promover, com a urgência desejada, a reforma agrária que a região reclama. Não se deve ser indiferente ou subestimar os conflitos já existentes pela posse e domínio da terra.

Os centros urbanos não são dinâmicos, não apresentam infra-estrutura capaz de beneficiar os produtos agropastoris, não possuem atividades industriais significativas, nem oferecem maiores e melhores serviços. Estes centros, verdadeiros aglomerados rurais, já apresentam sinais de inchação, tendo em vista as condições de subemprego e desemprego em que vive grande parte da população.

Os organismos governamentais agem como agentes catalizadores de recursos para os grandes proprietários, deixando a grande maioria (pequenos e médios) à margem do sistema.

ANEXO

RESULTADOS DAS VARIÁVEIS PARA A DETERMINAÇÃO DO COEFICIENTE DE GINI

Microrregião do Sertão Sergipano do São Francisco

CÁLCULO DO COEFICIENTE DE GINI

I	VALOR X	PERC. X	VALOR Y	PERC. Y
1	254	3.72817	233	.0482986
2	570	8.36636	1835	.380378
3	812	11.9184	5602	1.16124
4	1232	18.0831	17001	3.52414
5	714	10.48	16422	3.40412
6	1170	17.1731	39056	8.09593
7	545	7.99941	30084	6.23612
8	469	6.8839	36754	7.61874
9	360	5.28402	41400	8.58182
10	220	3.22912	35259	7.30884
11	146	2.14296	33580	6.96081
12	161	2.36313	61456	12.7392
13	102	1.49714	66300	13.7433
14	48	.704536	57600	11.9399
15	10	.146778	39833.5	8.25709
I	PERC. C	PERC. D	PROD. D	PROD. C
1	.0482986	100	.180065	372.817
2	.428676	99.9517	3.58646	836.232
3	1.58992	99.5713	18.9492	1186.73
4	5.11406	98.4101	92.4779	1779.56
5	8.51818	94.8859	89.2702	994.401
6	16.6141	91.4818	285.315	1571.02
7	22.8502	83.3859	182.788	667.038
8	30.469	77.1498	209.745	531.091
9	39.0508	69.531	206.345	367.403
10	46.3596	60.9492	149.701	196.812
11	53.3204	53.6404	114.264	114.949
12	66.0597	46.6796	156.108	110.31
13	79.803	33.9403	119.476	50.8134
14	91.7429	20.197	64.6361	14.2295
15	100	8.25709	14.6778	1.21196
COEFICIENTE DE GINI =		.70871		

Nossa Senhora da Glória
CÁLCULO DO COEFICIENTE DE GINI

I	VALOR X	PERC. X	VALOR Y	PERC. Y
1	41	2.86113	37.7	.0461122
2	133	9.28123	428.3	.523868
3	198	13.8172	1366.2	1.67105
4	271	18.9114	3739.8	4.57428
5	172	12.0028	3956	4.83872
6	243	16.9574	8942.4	10.9378
7	125	8.72296	6900	8.43962
8	69	4.81507	5395.8	6.59979
9	68	4.74529	7820	9.56491
10	37	2.582	5957	7.28621
11	23	1.60502	5290	6.47038
12	23	1.60502	8464	10.3526
13	26	1.81438	17940	21.943
14	4	.279135	5520	6.7517

I	PERC. C	PERC. D	PROD. D	PROD. C
1	.0461122	100	.131933	286.113
2	.56998	99.9539	5.29012	927.695
3	2.24103	99.43	30.9646	1373.84
4	6.8153	97.759	128.887	1848.76
5	11.654	93.1847	139.881	1118.48
6	22.5918	88.346	383.098	1498.12
7	31.0314	77.4082	270.686	675.229
8	37.6312	68.9686	181.197	332.089
9	47.1961	62.3688	223.959	295.958
10	54.4823	52.8039	140.673	136.34
11	60.9527	45.5177	97.8305	73.0571
12	71.3053	39.0473	114.447	62.6719
13	93.2483	28.6947	169.187	52.063
14	100	6.75172	27.9135	1.88464

COEFICIENTE DE GINI = .676815

Gararu

CÁLCULO DO COEFICIENTE DE GINI

I	VALOR X	PERC. X	VALOR Y	PERC. Y
1	79	5.21797	88	.114846
2	121	7.99207	400	.522026
3	200	13.21	1498.5	1.95564
4	301	19.8811	4461.5	5.82254
5	169	11.1625	4106.4	5.35911
6	271	17.8996	10066.8	13.1378
7	141	9.31308	8607.3	11.2331
8	83	5.48217	7076.4	9.23516
9	61	4.02906	7339.4	9.57839
10	29	1.91546	4936.4	6.44232
11	25	1.65126	6211.2	8.10601
12	20	1.321	7037.9	9.18491
13	9	.594452	5721.7	7.46718
14	4	.264201	5685.1	7.41942
15	1	.0660502	3388	4.42156

I	PERC. C	PERC. D	PROD. D	PROD. C
1	.114846	100	.599261	521.797
2	.636871	99.8852	5.08992	798.29
3	2.59251	99.3631	34.2472	1312.59
4	8.41505	97.4075	167.301	1936.57
5	13.7742	91.585	153.754	1022.32
6	26.912	86.2258	481.714	1543.41
7	38.1451	73.088	355.248	680.674
8	47.3802	61.8549	259.746	339.099
9	56.9586	52.6198	229.49	212.008
10	63.4009	43.0414	121.442	82.4439
11	71.5069	36.5991	118.076	60.4344
12	80.6918	28.4931	106.594	37.6395
13	88.159	19.3082	52.4063	11.4778
14	95.5784	11.841	25.2519	3.1284
15	100	4.42157	6.60502	.292046

COEFICIENTE DE GINI = .64446

Canindé de São Francisco
CÁLCULO DO COEFICIENTE DE GINI

I	VALOR X	PERC. X	VALOR Y	PERC. Y
1	3	.681818	9.5	9.55278E-03
2	36	8.18182	243	.24435
3	35	7.95455	472.5	.475125
4	19	4.31818	427.5	.429875
5	74	16.8182	2340	2.353
6	43	9.77273	2122	2.13379
7	43	9.77273	3089.5	3.10666
8	29	6.59091	3262.5	3.28063
9	46	10.4545	6545	6.58136
10	15	3.40909	3375	3.39375
11	37	8.40909	12320	12.3884
12	32	7.27273	19200	19.3067
13	25	5.68182	32500	32.6806
14	3	.681818	13541	13.6162
I	PERC. C	PERC. D	PROD. D	PROD. C
1	9.55278E-03	100	6.51326E-03	68.1818
2	.253903	99.9905	2.07739	818.104
3	.729028	99.7461	5.79909	793.435
4	1.1589	99.271	5.00435	428.67
5	3.5119	98.8411	59.0638	1662.33
6	5.64569	96.4881	55.1738	942.952
7	8.75236	94.3543	85.5344	922.099
8	12.033	91.2477	79.3083	601.405
9	18.6143	87.967	194.605	919.655
10	22.0081	81.3857	75.0276	277.451
11	34.3965	77.9919	289.244	655.841
12	53.7032	65.6035	390.569	477.116
13	86.3838	46.2968	490.817	263.05
14	100	13.6162	68.1818	9.2828
COEFICIENTE DE GINI =		703916		

Porto da Folha
CÁLCULO DO COEFICIENTE DE GINI

I	VALOR X	PERC. X	VALOR Y	PERC. Y
1	90	4.24528	98.6	.102944
2	164	7.73585	571.4	.596577
3	290	13.6792	2169	2.26457
4	469	22.1226	7544.4	7.87682
5	256	12.0755	6289.4	6.56652
6	398	18.7736	12714.3	13.2745
7	160	7.54717	9672.2	10.0984
8	123	5.80189	10675.8	11.1462
9	74	3.49057	9959.4	10.3982
10	36	1.69811	6054.3	6.32106
11	29	1.36792	7226.1	7.54449
12	17	.801887	6429.2	6.71248
13	9	.424528	6714.6	7.01046
14	4	.188679	5123.6	5.34935
15	1	.0471698	4537.5	4.73743
I	PERC. C	PERC. D	PROD. D	PROD. C
1	.102944	100	.437028	424.528
2	.699521	99.8971	5.41139	772.789
3	2.96409	99.3005	40.5465	1358.36
4	10.8409	97.0359	239.829	2146.69
5	17.4074	89.1591	210.203	1076.64
6	30.6819	82.5926	576.01	1550.56
7	40.7803	69.3181	307.776	523.155
8	51.9265	59.2197	301.272	343.586
9	62.3247	48.0735	217.549	167.804
10	68.6458	37.6753	116.568	63.9769
11	76.1903	31.3542	104.223	42.8902
12	82.9028	23.8097	66.4786	19.0927
13	89.9132	17.0973	38.1707	7.25827
14	95.2626	10.0868	17.9741	1.90317
15	100	4.73745	4.71698	.223465
COEFICIENTE DE GINI =		.625229		

Monte Alegre de Sergipe
CÁLCULO DO COEFICIENTE DE GINI

I	VALOR X	PERC. X	VALOR Y	PERC. Y
1	3	.498339	2.7	7.12674E-03
2	22	3.65449	69.3	.18292
3	52	8.63787	351	.926476
4	103	17.1096	1390.5	3.67027
5	80	13.289	1800	4.75116
6	128	21.2625	4608	12.163
7	51	8.47176	2754	7.26927
8	55	9.13621	4207.5	11.1058
9	47	7.80731	5287.5	13.9565
10	20	3.32226	3150	8.31453
11	23	3.8206	5175	13.6596
12	14	2.32558	5040	13.3032
13	2	.332226	1350	3.56337
14	2	.332226	2700	7.12674

I	PERC. C	PERC. D	PROD. D	PROD. C
1	7.12674E-03	100	3.55153E-03	49.8339
2	.190046	99.9929	.694522	365.423
3	1.11652	99.81	9.64438	862.146
4	4.78679	98.8835	81.9003	1691.86
5	9.53795	95.2132	126.75	1265.29
6	21.7009	90.462	461.415	1923.45
7	28.9702	78.2991	245.429	663.331
8	40.076	71.0298	366.143	648.943
9	54.0326	59.924	421.849	467.845
10	62.3471	45.9675	207.133	152.716
11	76.0067	37.6529	290.391	143.857
12	89.3099	23.9933	207.697	55.7985
13	92.8733	10.6901	30.8549	3.55153
14	100	7.12673	33.2226	2.36769

COEFICIENTE DE GINI = .581328

Poço Redondo
CÁLCULO DO COEFICIENTE DE GINI

I	VALOR X	PERC. X	VALOR Y	PERC. Y
1	41	5.82386	53.5	.0401966
2	127	18.0398	458.3	.344339
3	36	5.11364	1680	1.26225
4	96	13.6364	9124	6.85522
5	53	7.52841	5265.4	3.9561
6	81	11.5057	9886.8	7.42834
7	18	2.55682	2909.5	2.18602
8	52	7.38636	8579.7	6.44626
9	31	4.40341	7653.3	5.75022
10	56	7.95455	15101.4	11.3463
11	25	3.55114	7566	5.68463
12	50	7.10227	18151.5	13.6379
13	24	3.40909	17432.2	13.0975
14	9	1.27841	12937.6	9.72052
15	5	.710227	16296.5	12.2442

I	PERC. C	PERC. D	PROD. D	PROD. C
1	.0401966	100	.2341	582.386
2	.384535	99.9598	6.93693	1803.25
3	1.64678	99.6155	8.42106	509.397
4	8.502	98.3532	115.936	1341.18
5	12.4581	91.498	93.7897	688.834
6	19.8864	87.5419	228.807	1007.23
7	22.0725	80.1136	56.4353	204.836
8	28.5187	77.9275	210.65	575.601
9	34.269	71.4813	150.9	314.761
10	45.6152	65.7311	362.848	522.861
11	51.2999	54.3848	182.173	193.128
12	64.9378	48.7002	461.206	345.882
13	78.0353	35.0622	266.029	119.53
14	87.7558	21.9647	112.188	28.0799
15	100	12.2442	71.0227	8.69617

COEFICIENTE DE GINI = .591808

BIBLIOGRAFIA

- 1 – ANDRADE, Manuel Correia. *Geografia Econômica*. São Paulo, Ed. Atlas, 1981.
- 2 – _____. *As Alternativas do Nordeste*. Recife, Ed. Universitária, 1983.
- 3 – _____. *Agricultura e Capitalismo*. São Paulo, LECH, 1979.
- 4 – _____. *Latifúndio e Reforma Agrária no Brasil*. São Paulo, Duas Cidades, 1980
- 5 – _____. *Sertão Sul*, Série Estudos Regionais, n.º 11, SUDENE, Recife, 1984.
- 6 – *ANUÁRIOS Estatísticos*, 1970, 1975 e 1980, Rio de Janeiro, INEP.
- 7 – *CADASTRO* de Imóveis Rurais, Rio de Janeiro, INCRA.
- 8 – *CENSOS Agropecuários*, 1960, 1970 e 1980, Rio de Janeiro, IBGE.
- 9 – _____, 1970, 1975 e 1980, Rio de Janeiro, IBGE.
- 10 – CUNHA, Euclides da. *Os Sertões*. Ed. Francisco Alves, 1956.
- 11 – DINIZ, José Alexandre Felizola. *A Área Centro Ocidental do Nordeste*, Série Estudos Regionais, n.º 8, SUDENE, Recife, 1982.
- 12 – _____. *Geografia da Agricultura*, São Paulo, DIFEL, 1984.
- 13 – _____. *Políticas Agrícolas e a Questão da Reforma Agrária*, Itatiaia, UFRJ, 1980. (3.º Encontro Nacional de Geografia Agrária).
- 14 – MELO, Mário Lacerda. *Os Agrestes*. Série Estudos Regionais, n.º 4, SUDENE, Recife, 1980.
- 15 – SANTOS, Adelci Figueiredo. *Migração em Sergipe*. Cadernos Sergipanos de Geografia, n.º 4, 1978.
- 16 – _____; ANDRADE, José Augusto. *Delimitação e Regionalização do Brasil Semi-árido*, Sergipe, CNPq/SUDENE, 1983.
- 17 – SINGER, Paul. *Capital e Trabalho no Campo*. São Paulo, HUCITEC, 1979.

RESUMO

Sergipe forma parte do nordeste do Brasil.

Esta área apresenta problemas peculiares, tais como: a luta pela posse da terra, a dificuldade de coexistência entre pequenas e grandes propriedades, o êxodo rural, a falta de terra para agricultura e o desemprego.

É uma situação que conduz à indigência e à miséria. Juntamente com a estrutura de concentração da terra e a ineficiência de uma política governamental, esses fatos refletem o estado de abandono no qual se encontram o povo e a região.

A área em questão é composta de seis municipalidades, que constituem a Microrregião do Sertão Sergipano do São Francisco, área esta que cobre todo o noroeste do Estado.

As condições do trabalho são obsoletas, o que leva os proprietários da terra a explicitar a mão-de-obra disponível. O rápido crescimento do gado é a causa da migração. As cidades não têm uma infra-estrutura capaz de absorver o desemprego.

A produção agrícola, basicamente de subsistência, tem no milho e no feijão as principais culturas.

SUMMARY

Sergipe is part of Northeast of Brazil. It has problems that are peculiar to this area, such as: the struggle for possession of the land, the difficult coexistence between small and large landed estates, rural exodus, lack of land for tilling and unemployment.

This situation is conducive to pauperism and misery. These facts, together with the land concentrating structure and the inefficiency of a governmental policy, reflect the state of abandonment in which the people and the region are.

The area in focus is made up of 6 municipalities which constitute the micro-region of the Sergipe hinterland of São Francisco. This area covers all of the Northwest of the State. Labor relations are obsolete, causing land owners to explicit the available workmanship. The speedy growth of cattle raising is causing migration. Cities do not have an infra-structure that is able to absorb the unemployed. Agricultural production has turned to subsistence tillage, mainly corn and beans.